



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**PROCESSO EDUCATIVO:
EM BUSCA DE UM NOVO FAZER**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Aline Bongiorno Gheller

Constantina, RS, Brasil

2009

**PROCESSO EDUCATIVO:
EM BUSCA DE UM NOVO FAZER**

por

Aline Bongiorno Gheller

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientador: Prof^a. Me. Tatiana Valéria Trevisam

Constantina, RS, Brasil

2009

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de educação
Curso de pós-graduação à distância
Especialização *Lato-Sensu* em gestão educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**PROCESSO EDUCATIVO:
EM BUSCA DE UM NOVO FAZER**

elaborada por
Aline Bongiorno Gheller

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Tatiana Valéria Trevisam Prof^a. Me. (FAMES)
(Presidente/Orientador)

Maiane Liana Hatschbach, Prof^a. Me (UFSM)

Cristiane Ludwig ,Prof^a. Me (UFSM)

Constantina, 08 de agosto de 2009.

DEDICATÓRIA

Aos meus queridos e amados pais, que sempre me apoiaram na realização dos meus sonhos, que souberam semear no meu coração valores básicos como amor a Deus, solidariedade, ética, justiça, trabalho e estudo.

AGRADECIMENTOS

Deus, pois sem sua graça e misericórdia nada seria possível.

Aos meus pais e irmãos, pelo carinho, dedicação e compreensão.

Aos amigos, pela minha ausência.

A minha orientadora, Prof^a. Tatiana Valéria Trevisan, pela orientação, incentivo e paciência.

Os meus professores do curso, pela aprendizagem que me foi proporcionada.

Finalmente, aos tutores do curso de Pós-Graduação, Pólo de Educação de Constantina pela ajuda e dedicação constante, durante o decorrer do curso.

*É exatamente a vida,
que aguçando nossa curiosidade,
nos leva ao conhecimento; é o direito de todos à
vida que nos faz solidários; é a opção pela vida
que nos torna éticos. A melhor maneira que a
gente tem de fazer, possível amanhã alguma
coisa, que não é possível de ser feita hoje, é
fazer hoje aquilo que hoje pode ser feito. Mas
se eu não fizer hoje o que hoje pode ser feito e
tentar fazer hoje o que hoje não pode ser
feito, dificilmente eu faço amanhã o que hoje
também não pude fazer.*

Paulo Freire

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

Processo Educativo:

Em busca de um novo fazer

AUTORA: ALINE BONGIORNO GHELLER

ORIENTADOR: Me. TATIANA VALÉRIA TREVISAN

Data e local da defesa: Constantina/RS, 08 de agosto de 2009.

A partir da perspectiva teórica, o presente trabalho vem oferecer uma reflexão sobre a reforma da educação no âmbito da reforma do Estado. Isto para compreendermos a atual agenda política educacional e conseqüentemente o processo, no qual a formação de professores ganha centralidade por sua dimensão estratégica para elevar os padrões de qualidade da educação, bem como o papel e a função da escola na constituição dos educandos como sujeitos transformadores de sua realidade, além de ressaltar a importância que os educadores assumem como desencadeadores do desejo de aprender. A escola passa ser apresentada como instituição social responsável pelo desenvolvimento de processos de democratização do ensino, ou seja, uma educação de qualidade que todos podem ter acesso. Ao analisar a função social da escola, encontraremos considerações sobre as inúmeras mudanças socioculturais ocorridas ao longo dos últimos anos em nossa sociedade. Constatou-se que, através dessas mudanças, passa-se a entender a complexidade dessa instituição, na qual deixa de ser reprodutora de saberes para assumir o compromisso voltado a uma educação comprometida com as mudanças sociais; nas quais encontraremos sujeitos reflexivos, com condições reais de exercerem sua participação e cidadania, conhecedores de seus direitos e deveres.

Palavras-chave: educação; sociedade; escola; ensino de qualidade.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

Educational Process: Em busca de um novo fazer

AUTORA: ALINE BONGIORNO GHELLER

ORIENTADOR: Me. TATIANA VALÉRIA TREVISAN

Data e local da defesa: Constantina/RS, 08 de agosto de 2009.

From the theoretical perspective, this work comes to offer a reflection about the education reform in under the state's reform. This for understand the actual politics and educational appointment and consequently the process in which the training from the teachers get the centrality for its strategic dimmition for up the education quality, as well the role and funtion from school in the students as subjects processors of their reallity, addition to emphasizing the importance that educators take as tiggering from the learning process from the democratization of education, or a quality education that everyone can access. Examining the social function from the school are many considerations about the social changes occurring over the last years in our society. It is through these changes, to understand the complex that intitution in which no longer of reproductive knowledge for understand to take back a commitment education analised with social changes in wich we find the reflexives subjects, with real conditions to practice their participation and citizen, knowledgeable of their rights and duties.

Keywords: education; society; school; education; quality.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS..... | 9 |
| 1.1 Objetivos..... | 12 |
| 1.1.1 Objetivo Geral | 12 |
| 1.1.2 Objetivos Específicos | 12 |
| 2 REFERENCIAL TEÓRICO..... | 13 |
| 2.1 Mudanças na Sociedade, Mudanças na Educação | 13 |
| 2.1.1 A Educação na Atualidade | 14 |
| 2.2 A Escola e seu Papel Social..... | 20 |
| 2.3 Reforma Sistema Educacional - Revendo a Condição do Ser Docente | 26 |
| 2.3.1 Possibilidades na Formação Docente, um Novo Paradigma | 30 |
| 3 METODOLOGIA | 37 |
| 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 38 |
| REFERÊNCIAS..... | 40 |

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente trabalho teve por finalidade, realizar um estudo exploratório. Acredita-se que o estudo trouxe contribuições às reflexões sobre as correntes teóricas educacionais que, mesmo diferentes, admitem que a função da educação, vinculada a escola, dirige-se à preparação das novas gerações para sua inclusão na sociedade atual. Sociedade esta, que tem avançado em vários aspectos, na qual muitas mudanças e transformações ocorreram nos diferentes parâmetros.

Concomitante a isto presenciamos essas alterações e como as mesmas interferiram nos diversos setores da sociedade. Podemos dizer que, em face às mudanças ocorridas, alteraram-se os segmentos sociais. Assim, a Educação como fenômeno social não ficou isenta dessa revolução. Muito pelo contrário, seu papel e suas funções passaram a ser fortemente questionadas e ao mesmo tempo apontadas como elemento para a mudança.

O Estado vê nas Políticas Educacionais, através da Escola, a possibilidade de atender as demandas das atuais políticas de mercado. Essas transformações agregaram a escola a tarefa de preparar os indivíduos para a sociedade globalizada, produtiva e competitiva.

Nesse contexto, a escola passa a ter dupla função, já que deve formar e preparar cidadãos para o trabalho e formar trabalhadores especializados que atendam as exigências da sociedade moderna.

Conforme a reestruturação das políticas atuais, inclusive as educacionais, a nova concepção de escola é aquela que deve oferecer um novo modelo de ensino, devem ser contemplados critérios como eficiência, eficácia, produtividade – bem como conceitos de empregabilidade e competência. O que vemos é quase a obrigação da escola conduzir a preparação de sujeitos para o mercado de trabalho. Assim pode ser afirmado que a ênfase maior do investimento em educação por parte do Estado, acaba desviando o foco inicial que seria da preocupação com a formação humana e caminha para uma instrução subordinada às demandas do setor produtivo.

É importante destacar a concepção levantada por Freitag, quando destaca que o planejamento das políticas educacionais tem como prioridades:

[...] além de alocar os meios escassos de maneira ótima a fim de garantir o output quantitativo e qualitativo necessário para cobrir a demanda do mercado, funciona como mecanismo corretivo entre o sistema educacional e o mercado de trabalho (FREITAG, 1986, p. 30).

Diante do exposto, se fez necessário o conhecimento e compreensão acerca das complexas abrangências em que atuam as políticas do Estado, relacionadas a Educação. Também se propõe analisar como o processo atua na democratização do ensino e busca pela qualidade educacional.

Gadotti contempla essa questão afirmando:

Neste começo de um novo milênio, a educação apresenta-se numa dupla encruzilhada: de um lado, o desempenho do sistema escolar não tem dado conta da universalização da educação básica de qualidade; de outro, as novas matrizes teóricas não apresentam ainda a consistência global necessária para indicar caminhos realmente seguros numa época de profundas e rápidas transformações (GADOTTI, 2000, p. 6).

Esses pressupostos destacados vêm ao encontro com a concepção de Educação da qual hoje buscamos. Alguns questionamentos a esse respeito devem ser considerados, tais como, quando se trata de concretização, o que significa renovar ou democratizar a educação dentro desses parâmetros de prepará-la para a sociedade atual e ao mesmo tempo promover a igualdade. Sem qualquer dúvida, surgem discrepâncias entre a educação de hoje e aquela que se almeja para alcançar tais objetivos da sociedade atual.

Vislumbrando este horizonte de uma educação melhor, é necessária a construção de um novo diagnóstico da educação brasileira. Esta precisa avançar em qualidade, diminuindo o fracasso escolar, oportunizando aprendizagem e ampliando o conhecimento dos docentes e alunos. É nesta ótica que se faz necessário contextualizar o ensino oferecido nas escolas, ou seja, retratar as atuais estruturas de ensino, com o propósito de partir para a mudança, capacitando os professores e alunos para enfrentarem o atual quadro de desafios universais.

Neste contexto, a escola, ao estar preparada para tais desafios, assume um papel fundamental, pois funciona como agente de construção e propagação dos conhecimentos, colocando-se a serviço da educação. Possuindo como objetivo a formação de alunos mais autônomos, críticos, predispostos ao trabalho independente, o que pode ser visto como uma das metas da educação.

No contexto das mudanças que envolvem o cenário educacional, não foram deixadas de fora as preocupações referentes à condição do ser docente. A formação passa a ser vista como um instrumento fundamental para o desenvolvimento harmônico da sociedade.

Nesse quadro, o papel do educador sofre modificações substanciais em relação aos métodos pedagógicos relacionados ao ensinar e aprender, ou seja, a maneira pela qual o ser humano é capaz de construir conhecimentos de forma autônoma e eficiente.

Partindo da necessidade de constituição de uma nova comunidade escolarizada, o professor foi concebido como um mediador de conhecimentos científicos, orientador e organizador de saberes, transformando-os em ferramentas intelectuais que contribuem para o caminho da evolução.

O que importa dentro dessa nova função delegada aos educadores, apesar das imparcialidades das políticas educacionais como a valorização dos professores, acesso a formação continuada, condições de trabalho dignas e adequadas e um plano de carreira responsável e motivador, dimensões indissociadas do trabalho docente e da profissionalização, pois o papel de mediador e orientador da aprendizagem cabe a ele.

Os processos de aquisição do conhecimento aqui discutidos devem ser articulados com situações concretas, sobretudo que o professor aprenda a transmitir entre essas imparcialidades novas informações.

Portanto, é nesse momento que os educadores através da educação oferecida em nossas escolas, devem, partindo da realidade de cada educando, construir ambientes que favoreçam ganhos de autonomia, cidadania e igualdade. O grande desafio a ser superado por educadores e educadoras é o imperativo de “aprender a ser” e de “aprender a conviver” com pessoas, contextos e novos saberes de forma interativa, dinâmica e criativa.

Assim sendo, destaca-se que a relevância desta pesquisa está não só nas reflexões desencadeadas acerca do conceito de educação, conseqüentemente, da função da escola e formação dos profissionais da educação, mas, em especial, nos desafios que esta educação apresenta, no sentido de constituir políticas públicas que venham a fortalecer a idéia de uma Educação de Qualidade para Todos. Na qual seus objetivos e suas funções vão fundamentar-se na construção da

democracia social, que visa preparar essa sociedade para o processo produtivo, habilitando o trabalhador a ser um sujeito ativo no exercício da cidadania.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Diagnosticar a situação do processo educacional atual, buscando formas de qualificar as ações educativas, promovendo relações igualitárias, criativas e autônomas entre educadores e educandos.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Contextualizar as escolas dentro do processo educacional e a partir daí diagnosticar o que temos que melhorar para atender a demanda da sociedade atual.
- Analisar como deve ser a educação e a escola ideal para melhor atender as exigências necessárias pelos avanços da sociedade;
- Diagnosticar quais os métodos ou caminhos de saída, que podem ser utilizados pelos docentes para alcançar a escola ideal, a qual ofereça uma educação de qualidade para todos;
- Compreender a escola, como agente social e mediador da transformação no processo de ensino-aprendizagem, para então elaborar a Questão Norteadora;
- Reconhecer a escola, vista como agente social, como mediadora na transformação do processo de ensino-aprendizagem.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Mudanças na Sociedade, Mudanças na Educação

Na atual sociedade o paradigma vigente é o da mudança. Busca-se na contemporaneidade a produção sem desperdícios de energia, tempo, material e esforço humano. Devido às inovações tecnológicas, resultado da revolução mundial, todos os setores da vida humana são afetados e necessitam repensar o modo como pensam e dirigem suas ações. Desse modo, ocorre uma transformação nas relações sociais, passando de uma sociedade arcaica para a do conhecimento.

A forma como esse conhecimento é construído, ou seja, o seu processo de aquisição demanda novas posturas, tanto dos profissionais quanto das instituições que promovem essa ação. Considerando que o processo de ensino-aprendizagem acontece, também, na instituição educacional, essa, necessariamente precisa dialogar com a sociedade. Se isso não acontecer, ocorrerá uma lacuna entre o que se ensina/aprende e aquilo que precisamos aplicar em nossa vivência diária.

Hoje, na maioria das escolas, almeja-se uma educação na qual os ambientes de aprendizagem sejam espaços onde construímos o conhecimento e não mais onde ele é somente transmitido. Sendo assim, grande parte das escolas se rotulam “construtivistas” ou “cognitivistas”, isso, é característica de abordagens tradicionais, mas que deixa de ser fator essencial no contexto atual.

Assim, almeja-se que a educação seja um processo fundamentado na construção do conhecimento, afirmativa que poderá repercutir em alterações na escola como um todo. Desde a sala de aula, no papel dos educadores e alunos e no processo de ensino-aprendizagem, ela precisa ser significativa para que seja capaz de atingir os objetivos propostos.

Etimologicamente, processo quer dizer “conjunto de atos por que se realiza uma operação qualquer. É uma sequência contínua de fatos que apresentam certa regularidade; andamento; desenvolvimento” (GRANDE DICIONÁRIO LAROUSSE, 1999, p. 742). Pragmaticamente, entende-se por processo, o movimento de sujeitos em espaços-tempo, interagindo de forma dinâmica e dialogicamente em busca de

atingir objetivos individuais e coletivos. No caso específico da prática pedagógica, refere-se ao ensino e a aprendizagem, e o espaço em que acontece esse processo é a sala de aula, o laboratório, o campo de estágio, entre outros. Masetto (2003, p. 88), diz que tradicionalmente a sala de aula tem se constituído como um espaço físico e um tempo determinado durante o qual o professor transmite seus conhecimentos e experiências aos alunos.

Em contraposição, o autor sugere que a sala de aula, precise ser compreendida como espaço no qual o educando seja capaz de construir a sua aprendizagem. Com essa compreensão ela passa a ser um local, onde por um tempo determinado, os sujeitos de um processo de aprendizagem (professor e alunos) encontram-se para, juntos, realizarem uma série de ações como estudar, ler, discutir e debater, ouvir o professor, consultar e trabalhar na biblioteca, redigir trabalhos entre outras (MASETTO, 2003, p. 89).

Para isso, há a necessidade de que dois sujeitos sejam capazes de interagir como interlocutores, e que, por meio do diálogo, sejam capazes de constituir a base da interação verbal e social. Nessa perspectiva, “Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina, ensina alguma coisa a alguém”. (PAULO FREIRE, 1996). Sendo assim, a escola passa a ser um laboratório onde o sujeito nunca sairá dela da mesma forma que entrou. O tempo que ali permanecera fora suficiente para ressignificar sua aprendizagem inicial, partindo disso, será um sujeito capaz de provocar mudanças sociais tão necessárias a uma sociedade em constante evolução.

2.1.1 A Educação na Atualidade

A história da Educação nos mostra o quanto foram transformados, e modificados os processos educacionais ao longo dos seis últimos séculos. De uma Educação jesuítica, embasada na educação religiosa, repressora, com uma visão claramente elitista, para uma democratização do ensino, passando a ter uma visão universal, de todos terem o direito à Educação Escolar. Educação esta, assegurada pela Constituição Federal Brasileira:

“Assegurada pelo modelo humanitário igualitário, desenhado na Constituição Federal Brasileira de 1988 (Art. 205), a Educação se apresenta como direito de todos. Um direito que deve ser promovido e

incentivado para o desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho, pautada nos princípios de igualdade de condições, liberdade de aprendizagem e ensinagem, pluralismo de idéias e concepções para o exercício pedagógico, gratuidade do ensino público, valorização dos profissionais da Educação, gestão de ensino democrática; e, por último, mais igual em importância, a garantia do padrão de qualidade. (art. 205, incisos I a VII) (BRASIL, 2004, p. 126).

A sociedade brasileira tem sofrido de forma constante, rápidas mudanças, com elas novos desafios educacionais para o século XXI, assegurando o direito de igualdade e qualidade para todos. Sendo assim, não é mais admissível que a escola continue sendo um espaço onde, se utilizando de modelos criados em séculos passados, continue excluindo e oprimindo seus educandos, afinal estes modelos já não atendem mais às demandas atuais.

Ao utilizarmos o termo educação para a cidadania, deixamos claro que estamos adotando uma nova perspectiva, àquela cujo objetivo principal é de construir uma consciência cidadã capazes de transformar a realidade dos indivíduos. Segundo paradigmas contemporâneos, é necessário pensar a educação num contexto mais amplo, que vai além da sala de aula, que seja capaz de oferecer ao educando a possibilidade de não apenas adquirir o conhecimento, mas sim a partir da aquisição deste, ser capaz de modificar o meio onde vive.

Desta forma, poderemos afirmar que a educação está voltada para a cidadania, pois as escolas ao modificar as metodologias utilizadas, o fazer pedagógico e as relações estabelecidas entre os sujeitos do processo ensino-aprendizagem, estará criando e recriando o conhecimento que mais tarde será utilizado em benefício dos próprios indivíduos. É necessário educar respeitando as diferenças e contribuindo para a construção de uma educação democrática e libertadora.

Partindo dos ideais de educação do grande educador Paulo Freire, que nos questionamos sobre a verdadeira essência da educação. A partir da reflexão sobre a prática por ele defendida, poderemos afirmar que a educação é um processo de conscientização; o principal instrumento é o diálogo, através dele problematizamos situações diárias e partindo da reconstrução de saberes seremos capazes de transformar a realidade. A relação dialógica é fundamental para que o ato educativo se realize.

Para o educador, o diálogo não se baseia em programa definido e pré-determinado, pois sugere a investigação, a pesquisa e desafios.

Se não é possível compreender a educação como uma prática autônoma ou neutra, isto não significa de modo algum, que a educação sistemática seja pura reprodutora da ideologia dominante. As relações entre educação enquanto subsistema e o sistema maior são relações dinâmicas, contraditórias e não mecânicas. A educação reproduz a ideologia dominante, é certo, mas não faz apenas isto. Nem mesmo em sociedades altamente modernizadas, com classes dominantes realmente competentes e conscientes do papel da educação, ela é apenas reprodutora daquela classe dominante. As contradições que caracterizam a sociedade como está sendo, penetram a intimidade das instituições pedagógicas em que a educação sistemática se está dando e alteram o seu papel ou o seu esforço reprodutor da ideologia dominante (FREIRE, 1997, p. 24).

A educação é sempre uma forma de intervenção no mundo para mudá-lo. A escola tem que contribuir para recuperar a voz perdida, negada; recuperar a própria história, questionar o porquê de seu silêncio e da submissão. Questionar se isso se faz necessário. Segundo Freire (1996) se quisermos uma educação que vise a transformação, é necessário questionar essas relações, não aceitá-las como naturais, como insuperáveis, como se nada tivesse a ver conosco.

Dentro da discussão sobre a educação, outros conceitos se fazem presentes destacando sua importância, assim Arendt conceitua:

A educação está entre as atividades mais elementares e necessárias da sociedade humana, que jamais permanece tal qual é, porém se renova continuamente através do nascimento, da vinda de novos seres humanos. Esses recém-chegados, além disso, não se acham acabados, mas em um estado de vir a ser (ARENDR, 1997, p. 234).

Do mesmo modo, destaca Braslavsky:

Educação deve servir para que as pessoas e os grupos atuem no mundo, e para que se sintam bem atuando nesse mundo: conhecendo-o, interpretando-o, transformando-o, em uma relação fértil e criativa entre as pessoas, esses grupos e o ambiente (BRASLAVSKY, 2005, p.11).

A escola por muito tempo consagrou-se como transmissora de conhecimentos, estes acumulados pela humanidade e tidos como verdades incontestáveis, porém hoje vai além de simplesmente trazer informações, pois sua principal função é levar o educando a compreender a realidade orientando-o para interagir ativamente na sociedade. Para que isso ocorra é fundamental que a escola

esteja estruturada a ponto de oferecer condições adequadas que favoreçam ao educando o desenvolvimento de suas habilidades e potencialidades com qualidade e competência.

Cabe aos educadores, terem a consciência real do mundo em que vivemos e partindo dela criar a possibilidade de transformá-lo sob novas perspectivas. Onde cada indivíduo não se sinta simplesmente como um ser isolado sem desejos, perspectivas, estático; mas que ele possa sentir-se sujeito de um processo. Um indivíduo capaz de transformar o lugar onde vive e de projetar-se para um espaço que vai além do inicial, transcender.

Com base na proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais a educação é concebida como:

Uma prática que tem a possibilidade de criar condições para que todos seus alunos desenvolvam capacidades e aprendam os conteúdos necessários para construir instrumentos de compreensão da realidade e de participação em relações sociais, políticas e culturais diversificadas e cada vez mais amplas, condições estas fundamentais para o exercício da cidadania na construção de uma sociedade democrática e não excludente (PCNS, 1997, p. 45).

Nesse contexto a escola aparece como lugar onde se proporciona a socialização do indivíduo e partindo dela, construir uma consciência de grupo, este é um fator fundamental. Muitas escolas já reestruturaram suas metodologias e práticas de ensino, os educadores, através da formação continuada, também transformaram sua forma de pensar e agir em sala de aula atuam em grande parte como mediadores do conhecimento, ou seja, oportunizam a formação de uma consciência crítica capaz de atender as demandas atuais.

Tem-se desta forma, a escola como um espaço onde ocorre a difusão do conhecimento e é através da inclusão de educandos de todas as camadas sociais que a difusão do conhecimento ocorre, a democratização se torna real e viva, onde os indivíduos, vendo-se como sujeitos de um processo de ensino-aprendizagem serão capazes de construir e assimilar novas aprendizagens, novos saberes. Serão os conteúdos tanto científicos quanto culturais, que depois de assimilados e entendidos farão dos indivíduos seres capazes de enfrentar as exigências da sociedade moderna e que evolui de forma constante.

“Saber ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996, p. 52). Sendo

assim, todos os indivíduos envolvidos no processo de ensino – aprendizagem devem estar conscientes do papel que desempenham dentro e fora da escola, faz-se necessário assumir uma postura ideológica adequada e capaz de compreender a realidade que os cerca e ainda, orientar suas escolhas ou tomada de posições de forma crítica, com capacidade de interação do homem com seu meio.

Questionar-se sobre os objetivos e finalidades da educação, da escola ou dos saberes, é tarefa constante para os educadores, é a partir dela que tem-se uma visão clara de qual é a interferência que nossas ações tem exercido sobre nossas crianças e adolescentes, e se estas estão contemplando a finalidade de torná-los aptos a vivência e convivência em sociedade. Neste momento é que as aprendizagens adquiridas no âmbito da escola terão seu significado, neste momento saberemos se elas foram construídas de forma significativa. Levando sempre em conta, que todo e qualquer conhecimento também necessitará de mudanças e reconstruções.

Busca-se uma educação equilibrada, que atenda a diversidade e multiplicidade de sujeitos, esta é a garantia da qualidade e universalidade da educação. Tem-se a ideia de educar numa perspectiva mais ampla, valorizando a realidade e as experiências individuais, sociais e culturais de todos os sujeitos envolvidos no processo educativo, para que o educando, ao sair da escola aplique os conhecimentos adquiridos para transformar a realidade onde vive. Sendo assim os objetivos estabelecidos para este novo modelo de educação, estariam sendo atingidos. Passaríamos então da teoria para a ação.

Nesse contexto Gadotti ressalta que:

A escola é um espaço social da sociedade e através do Projeto Político Pedagógico não se constituem em seus currículos, alunos, professores e diretores. Uma escola é acima de tudo, um conjunto de relações humanas que vão se construindo (GADOTTI, 1998, p. 23).

Outros aspectos são destacados com extrema relevância sobre o papel da escola. De acordo com Libâneo (2005, p. 116), “o grande desafio é o de incluir, nos padrões de vida digna, os milhões de indivíduos excluídos e sem condições básicas para se constituírem cidadãos participantes de uma sociedade em permanente mutação”.

Destaca-se em seu entendimento, que a escola prepara o intelectual e o moral de seus alunos para assumir sua posição na sociedade. Também aponta que a escola funciona como:

Nos sistemas sociais harmônico, orgânicos e funcionais, a escola funciona como modeladora do comportamento humano, através de técnicas específicas. A educação escolar compete organizar o processo de aquisição de habilidades, atitudes e conhecimentos específicos, úteis e necessários para que os indivíduos se integrem na máquina do sistema social global (LIBÂNEO, 1985, p. 28).

Esta reflexão se aguça quando incide sobre a função social da escola, de acordo com as novas exigências do mercado de trabalho ou da sociedade. A educação escolar exerce uma atividade mediatizadora entre os diferentes saberes, com o propósito de ampliar os níveis de consciência crítica sobre os assuntos apresentados, buscando a constante construção e reconstrução do conhecimento, para que o sujeito seja capaz de analisar a realidade onde vive e partindo disso pensar em estratégias capazes de modificar a situação inicial, daí então a educação poderá ser vista como processo.

Considerações importantes foram realizadas por Ladislau Dowbor (1998, p. 259), a escola deixará de ser “lecionadora” para ser “gestora do conhecimento”. Prossegue dizendo que, pela primeira vez a educação tem a possibilidade de ser determinante sobre o desenvolvimento. A educação tornou-se estratégica para o desenvolvimento, mas, para isso, não basta “modernizá-la”, como querem alguns. Será preciso transformá-la profundamente.

Nesse contexto, o professor deve ter em mente a necessidade de se colocar em uma postura norteadora do processo ensino-aprendizagem, levando em consideração que sua prática pedagógica em sala de aula tem papel fundamental no desenvolvimento intelectual do educando, podendo ele ser o foco de crescimento ou de introspecção do mesmo, quando da sua aplicação metodológica, na condução da aprendizagem.

Nessa concepção afirma ainda que, os educadores, numa visão emancipatória, não só transformam a informação em conhecimento, em consciência crítica, mas também formam sujeitos com capacidade de superação. Eles fazem fluir o saber (não o dado, a informação e o puro conhecimento), porque constroem

sentido para a vida das pessoas e para a humanidade e buscam um mundo mais justo, mas produtivo e mais saudável para todos.

Hamze, no artigo “O Professor e o Mundo Contemporâneo” (2004, p. 1), considera que os novos tempos, exigem um padrão educacional que esteja voltado para o desenvolvimento de um conjunto de competências e de habilidades essenciais, a fim de que os alunos possam fundamentalmente compreender e refletir sobre a realidade, participando e agindo no contexto de uma sociedade comprometida com o futuro.

Assim complementando suas ideias, argumenta que se faz necessário a busca de uma nova reflexão no processo educativo, onde o agente escolar passe a vivenciar essas transformações de forma a beneficiar suas ações, podendo buscar novas formas didáticas e metodológicas de promoção e realização do processo ensino-aprendizagem com seu aluno. Sem com isso ser colocado como mero expectador dos avanços estruturais de nossa sociedade, mas um instrumento de enfoque motivador desse processo.

Nessa proposta de educação deve-se assumir o compromisso de disponibilizar e desenvolver características como o pluralismo de ideias, a liberdade e a autonomia didático-pedagógica e, de um lado, ampliar a capacidade de resposta às necessidades da comunidade, buscando maior pertinência social e fazendo com que esta comece a participar das decisões em seu meio.

Para que este novo papel seja desempenhado com sucesso, torna-se necessário que a escola reveja posições e estabeleça atitudes mais enfáticas e positivas em relação ao meio no qual está inserida. O futuro precisa ser construído através de um processo que exige um pensar e um repensar contínuo e ações integradas na consecução dos objetivos, mas esse processo deve acontecer de forma integrada, coletiva, envolvendo todos os interessados de forma direta.

Conclui-se que a educação é um processo histórico, não porque se executa no tempo, mas porque é um processo de transformação do homem para o novo da cultura, do trabalho, de sua autoconsciência. Portanto, compreende-se que o próprio processo da educação e, em específico a escola é um dado cultural, onde através das políticas educacionais os indivíduos chegam a construção do conhecimento.

Cabe destacar que a educação como um todo, não pode ser desviada de sua essência, priorizando somente o ato decorativo e conseqüentemente sua desvinculação da realidade. Assim, a grande diferença na educação se faz, à

medida que, se revelam não apenas grandes, mas, o maior número possível de cidadãos pensantes, críticos e inventivos.

2.2 A Escola e seu Papel Social

Atualmente há uma grande preocupação para que a educação chegue para todos, e proporcione condições para que os indivíduos atuem como sujeitos na sociedade. Percebe-se com isso, que a educação deve preparar os indivíduos para as transformações que estão ocorrendo nessa sociedade. A importância da educação como uma das alavancas que possa contribuir para a formação de um sujeito mais participativo nas tomadas de decisões em sociedade, é destacado como algo importante para o espaço educacional.

Ensinar é uma especificidade humana, como nos deixou bem claro Paulo Freire em suas obras, mais especificamente no livro *Vícios Pedagógicos*(...ano..). “Sendo uma especificidade humana”, entende-se que ensinar deve ser um ato de paixão, amor, dedicação, competência e comprometimento.

(CONFIRA A BIBLIOGRAFIA, POIS ESTE LIVRO NÃO CONSTA LÁ, TAMBÉM PRECISA COLOCAR A DATA NO PARÊNTESE.)

Percebe-se a preocupação, em proporcionar uma mudança que leve para meio escolar, condições para que os indivíduos possam agir em seu meio e se tornarem mais atuantes na sociedade, através de uma forma mais crítica e menos alienadora, passando a serem sujeitos ativos e conscientes de suas ações.

Nessa proposta Alarcão afirma:

A minha convicção é de que, se quisermos mudar a escola, devemos assumi-la como organismo vivo, dinâmico, capaz de atuar em situação, de interagir e desenvolver-se ecologicamente e de aprender a construir conhecimento sobre si própria nesse processo. Considerando a escola como um organismo vivo inserido em um ambiente próprio, tenho pensado a escola como uma organização em desenvolvimento e em aprendizagem que, à semelhança dos seres humanos, aprende e desenvolve-se em interação (ALARCAO, 2001, p. 27).

Percebe-se que a educação dessa forma, deve ocorrer em função do conhecimento de nós mesmos em relação ao mundo, e deste em relação a nós. Não deve haver educação sem a construção do conhecimento, e conhecer algo significa estar no mundo, e estando no mundo agir com ele. A escola para cumprir esse papel

deve construir novos valores e atitudes diferentes, deve ter suas ações voltadas para a construção e socialização de conhecimentos mostrando novas possibilidades de leitura de si e do mundo.

Assim de acordo com os princípios contidos nos Parâmetros Curriculares Nacionais a escola na perspectiva voltada a cidadania deve desenvolver a seguinte proposta:

Assumir a valorização da cultura de sua própria comunidade, ao mesmo tempo, buscar ultrapassar seus limites, proporcionando as crianças pertencentes aos diferentes grupos sociais o acesso ao saber, tanto no que diz respeito aos conhecimentos socialmente relevantes da cultura brasileira no âmbito nacional e regional como se faz parte do patrimônio universal da humanidade (PCNS, 1997, p. 46).

No horizonte desse pensamento, podemos afirmar que o principal objetivo da educação deve ser o de identificar os aspectos desejáveis e comuns a todas as escolas, responsáveis em criar um indivíduo para a sociedade capaz de ser sujeito da mesma. A escola deve ser um local de promoção e integração de todos os participantes, numa construção e também do resgate da sua cidadania.

A escola caracteriza-se por ser um espaço informação, construção e formação. A formação de habilidades e capacidades, de modo a favorecer a compreensão e a intervenção nos acontecimentos sociais e culturais, assim a prática escolar distingue-se das demais práticas educacionais, como aquelas que ocorrem no contexto familiar, trabalho, sociedade e em todos os contextos onde o indivíduo está inserido.

Analisando estes aspectos constata-se que a sociedade vive momentos de mudanças e instabilidades constantes, do ponto de vista do sistema educacional. Muito se questiona sobre qual seria a educação ideal para todos. O que precisa mudar? Responder, a essa questão supõe no mínimo duas reflexões sobre o lugar sociocultural da educação a escola. Refletir primeiro sobre a escola de ontem e posteriormente sobre a escola que temos hoje.

Superando, aos poucos o discurso que a escola era privilegiada de poucos, hoje a escola assume uma condição de se ter uma educação para todos. Diante de tal desafio, são importantes duas considerações, primeiro, que a escola de “hoje” deve mudar a velha visão de que se tem da escola de “ontem” em relação à

educação. Segundo, o aspecto da escola atual não pode negar na crítica o que continua sendo válido, apesar dos desafios da atualidade.

Sempre se depositou a crença, esperança e confiança que na escola acontece o desenvolvimento e na aprendizagem dos alunos. Agrega-se à escola funções não só do ensino, mas da vida em geral, como ser digno, ser comprometido, ser responsável, entre outros valores.

Analisando tais considerações, verificamos que de um outro lado, a escola, como instituição social, expressa valores e as possibilidades. Dentro desse contexto, aparece aqui diante da indignação para que sirva a educação e escola temos que lembrar que a sociedade fundamenta-se nos últimos anos em pilares que consistem a sociedade como produtora de bens.

Temos assim uma sociedade global, tecnológica, cheia de invenções e descobertas, enfim, possuidora de recursos que facilitam nossas vidas.

Produzir, ter e consumir são ações e valores que representam os principais esforços e êxitos nos últimos tempos. Mas o mais interessante é que essa sociedade aprova e ao mesmo tempo elege a escola como o melhor lugar para a iniciação de tudo isso, através da educação de qualidade para todos. Penso que as considerações feitas até então sugerem a significativa importância de uma reflexão sobre a escola e ao mesmo tempo remete certa compreensão de sociedade, dos valores que a mesma quer que a escola cultive, além dos limites políticos.

Dentro deste panorama dos limites políticos pode-se ressaltar um dizer do teórico em educação Sacristán, ao referir-se, as dificuldades e as resistências ao sistema educacional para acompanhar tais mudanças.

Nesta época temos que pensar e decidir o percurso pelo qual queremos que transmita a realidade social e a educação dentro de coordenadas inseguras. A crise dos sistemas educativos tem a ver com a perda da consciência em seu sentido. Tomar opções não é fácil neste final de milênio em que vemos tombadas tantas referências e seguranças. A educação tem funções a cumprir; entretanto, estão ficando desestabilizadas pelas mudanças políticas, sociais e culturais que estão acontecendo. Assistimos a uma crise importante nos discursos que têm guiado a escolarização nesta segunda metade do século XX. As práticas, entretanto, parecem seguir velhas seguranças, como se nada estivesse acontecendo (SACRISTÁN, 1998, p. 11 - 12).

Diante de tantas transformações devemos considerar a forma como se apresentam atualmente as relações entre escola e educação, ou as relações entre o

conhecimento e o poder. Deste modo, ver que há projetos na e para a educação onde o sentido maior é de garantir certas performances no acesso ao saber.

Segundo Paulo Freire, a educação reproduz sim a ideologia dominante, mas não faz apenas isto.

Na medida em que compreendemos a educação, de um lado, reproduzindo a ideologia dominante, mas, de outro, proporcionando independentemente da intenção de quem tem o poder, a negação daquela ideologia (...) pela confrontação entre ela e a realidade (...), realidade vivida pelos educandos e pelos educadores, percebemos a inviabilidade de uma educação neutra (FREIRE, 1997, p. 28 - 29).

Sendo assim, percebemos os espaços que emergem em torno da educação não pode haver neutralidade, já que a educação é um ato político, um espaço de escolhas, conscientização. Temos, como um espaço prolífero, onde se podem legitimar certas práticas que se revelam portadoras de instrumentos que legitimam uma cultura.

Analisando a escola como o *locus* na qual ocorre a apreensão do saber social sistematizado, pode-se crer, apesar dos discursos realizados, que ainda se pensa na escola com instituição ou espaço de preparação para o mercado competitivo, enquadrando-se no modelo de padronização. Santos (1995) se refere à escola como peça central na política de homogeneização em vigor.

A escola torna-se, a chave de entrada na sociedade do conhecimento. Nesse propósito, Gentili(1996, p. 52) destaca que a educação escolar deve garantir as funções de seleção, classificação e hierarquização dos postulantes aos futuros empregados.

É importante retornar a discussão sobre o sujeito moderno ao falarmos da escola, já que a possibilidade de educação traz consigo ideais de autonomia, emancipação e racionalidade.

Refletindo sobre a função da escola, Freire traz a questão de um lugar na educação, ou, na prática educativa para os sonhos possíveis, apontando que o critério da possibilidade ou mesmo da impossibilidade dos sonhos, é dado histórico e social.

Freire reflete ao destacar:

O sonho viável exige de mim pensar diariamente a mesma prática; exige de mim a descoberta, a descoberta constante dos limites da minha própria

prática, que significa perceber e demarcar a existência do que eu chamo espaços livres a serem preenchidos (FREIRE, 1982, p. 100).

Assim, a educação é tida como possibilidade para que os sujeitos possam a ver, a querer saber, a desejar e a ocupar o espaço que lhe cabe diante dessa difícil tarefa que é a de apreensão de conhecimentos.

Diante de tais considerações realizadas sobre qual a função social da escola, Freire destaque que:

Um projeto de escola que busque a formação da cidadania precisa ter como objetivo: tratar os indivíduos com dignidade, com respeito à divergência, valorizando o que cada um tem de bom; fazer com que a escola se torne mais atualizada para que os alunos gostem dela; e ainda, garantir espaço para a construção de conhecimentos científicos, que contribua para a análise crítica da realidade (FREIRE, 1987, p. 39).

E ainda, a escola pode ter como objetivos:

Formar cidadãos capazes de atuar com competência e dignidade na sociedade buscará eleger, como objetivo de ensino, conteúdos que estejam em consonância com as questões sociais que marcam cada momento histórico, cuja aprendizagem e assimilação são consideradas essenciais para que os alunos possam exercer seus direitos e deveres (PCNS, 1997, 45).

Podemos assim, considerar que a função social da escola é favorecer acesso ao conhecimento de forma proveitosa, deste modo, a escola é tida como uma instituição social com objetivos explícitos: desenvolver por meio da aprendizagem novos conhecimentos, habilidades, valores e atitudes. Esses devem acontecer de maneira contextualizada desenvolvendo a capacidade de tornarem-se cidadãos críticos e participativos na sociedade que vivem.

A escola tem como desafio proporcionar um ambiente escolar que favoreça a aprendizagem, onde o fator aprender seja algo desafiador, prazeroso e funcional.

Conforme Libâneo:

Devemos inferir, portanto, que a educação de qualidade é aquela mediante a qual a escola promove, para todo, o domínio dos conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas indispensáveis ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos (LIBÂNEO, 2005, p.117).

Enfim, da construção do conhecimento à aprendizagem, a escola deve viabilizar um processo educativo no qual, desenvolva-se o trabalho coletivo, crítico, autônomo e participativo, tendo como centro de suas considerações, seus educandos. Sabemos das grandes transformações que estão ocorrendo em nossa sociedade, cabe a escola analisar e trabalhar com essas transformações, com isso, viabilizando uma educação de qualidade para todos.

Uma escola sem pessoas seria um edifício sem vida. Quem a torna viva são as pessoas: os alunos, os professores, os funcionários e os pais que, não estando lá permanentemente, com ela interagem. As pessoas são o sentido da sua existência. Para elas existem os espaços, com elas se vive o tempo. As pessoas socializam-se no contexto que elas próprias criam e recriam. É o recurso sem o qual todos os outros recursos seriam desperdícios. Têm o poder da palavra através da qual se exprimem, confrontam os seus pontos de vista, aprofundam os seus pensamentos, revelam os seus sentimentos, verbalizam iniciativas, assumem responsabilidades e organizam-se. As relações das pessoas entre si e de si próprias com o seu trabalho e com a sua escola são a pedra de toque para a vivência de um clima de escola em busca de uma educação melhor a cada dia (ALARÇÃO, 2001, p. 20).

A educação, como um todo, não pode ser desviada de sua essência, priorizando somente o ato decorativo e conseqüentemente sua desvinculação com a realidade. Assim, a grande diferença na educação se faz à medida que se revelam não apenas grandes, mas, o maior número possível de cidadãos pensantes, críticos e inventivos.

Em síntese, a atuação da escola consiste na preparação do aluno para o mundo adulto e suas condições; fornecendo-lhe um instrumental, por meio da aquisição de conteúdos e da socialização, para uma participação organizada e ativa na democratização da sociedade.

2.3 Reforma no Sistema Educacional: Revendo a Condição do Ser Docente

Compreender as políticas educacionais, a reforma da educação e suas implicações na sociedade não podem prescindir de uma análise que apreenda as atuais formas de organização do Estado, da educação enquanto direito social, diante do quadro estrutural do capital.

Portanto, entender a dinâmica de uma sociedade passa necessariamente pela compreensão do que seja o Estado dentro desse sistema, uma vez que este reflete e condensa as contradições sociais, políticas e econômicas. Essas

transformações provocaram a inversão das concepções de Estado até então prevaletentes. Com isto ganham espaço as teses com fundamentação neoliberal de defesa do mercado.

Assim, ao longo da história da educação brasileira como é do conhecimento de todos, os educadores, os “professores da época” participaram de vários questionamentos sobre qual seria a sua função. Destacamos que o professor já foi o centro no processo de aquisição dos conhecimentos, com poderes autoritários, isso na escola tradicional. Outro fato que nos questiona, é que na época nem todos os professores possuíam formação adequada, quando isso acontecia, apelava-se para sua “vocação”, diziam que ensinar era sua missão.

Outro fator, é que a maioria dos cargos era ocupado por mulheres. Anos se passaram e, já na época de 1970, a Lei 5.692/71 instituiu a carreira do professor baseada na qualificação, instalando o curso de Magistério, os professores especialmente as mulheres, eram chamadas de tias. Nesse contexto Freire aponta um aspecto importante em relação a essa concepção afirmando que:

Professora, porém, é professora. Tia é tia. É possível ser tia sem amar os sobrinhos, sem gostar sequer de ser tia, mas não é possível ser professora sem amar os alunos – mesmo que amar, só, não baste – e sem gostar do que se faz. É mais fácil, porém, sendo professora, dizer que não gosta de ensinar, do que sendo tia, dizer que não gosta de ser tia. Reduzir a professora à função de tia joga um pouco com esse temor embutido – o de tia recusar ser tia (FREIRE, 1996, p.18).

Durante esse tempo, houve várias e sérias críticas sobre essa forma de tratamento. Nesta mesma época muitos professores realizaram concurso público e a curto modo, foram reciclados por meio de treinamento. Como os educadores nesta época vivenciaram o regime político muito severo, a ditadura militar que não permitia qualquer manifestação em prol da sua carreira, a forma de manifestação na qual buscavam melhorias era realizada através das greves.

Com a Constituição de 1988 os professores puderam organizar-se, surgindo os sindicatos que buscavam melhores condições, tais como: estabilidade, décimo terceiro salário, horas-permanência entre outros aspectos.

No âmbito destas políticas, as reformas educacionais efetivaram-se nos anos de 1990, “década da educação”. A defesa dessa reforma é fundamentada pelo discurso de modernização, procurando adaptar-se aos tempos modernos exigido pelo processo globalizado. Segundo Souza Santos (2002) esse processo é

compreendido como um fenômeno multifacetado com dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas interligadas de modo complexo. Neste propósito, o termo cidadão é substituído pelo termo consumidor, para poder atuar no atual contexto de sociedade globalizada.

As reformas dos sistemas educacionais que acorreram até então, repercutiram nas esferas técnicas e ético-políticas da atual reestruturação produtiva. Ao analisar o processo das reformas Nogueira salienta:

As políticas de formação de professores, a partir de 1995, têm como objetivo central ajustar o perfil do professor e a formação docente às demandas do “novo” mercado de trabalho, em um período marcado por novos padrões de produção, no interior da reestruturação da forma de acumulação capitalista (NOGUEIRA, 2003, p. 22).

Fica evidente o valor que o governo atribui à educação, já que é através da mesma que busca ajustar a sociedade, às demandas de mercado, na qual o objetivo maior é a acumulação de capital. Na verdade, essa reforma quer adequar os profissionais às necessidades atuais do mercado de trabalho. Não é difícil identificar que as reformas postas em prática partem dos mesmos princípios; exigir maior eficiência e produtividade dos trabalhadores, leis essas idealizadas pela globalização.

O Estado atua como regulador e avaliador e, ao mesmo tempo remetem aos profissionais da educação mecanismos que induzem a adequação das novas exigências do mundo, por exemplo, o avanço tecnológico e seu modo no contexto do trabalho. Recomendações vêm sendo cumpridas, já que existe uma cobrança por parte de organismos internacionais, Banco Mundial, UNESCO e outros que defendem a capacitação.

Em relação aos organismos internacionais, o Banco Mundial(BM) com o objetivo de cobrar uma educação de qualidade, sendo uma necessidade atual, em 1995 divulgou um relatório com Prioridades e Estratégias para a educação. O documento enfatiza o direito à educação e configura uma nova noção de conhecimentos, de ensino, de formação de professores. As propostas apresentadas pelo BM visam à formação de democracias sólidas nos países atendidos, qualificação dos recursos humanos, fortalecer a autonomia e gestão nas escolas e qualificar professores em serviço.

Enfim, a educação como fenômeno social, não fica de fora dessa nova roupagem social e econômica. As demandas mundiais que apontam a educação como fator social para a qualificação do trabalho e nesse panorama as políticas sociais e educacionais são articuladas para assumir uma postura onde busca-se aumentar a competitividade, seja por meio do desenvolvimento de habilidades, capacidades e a adequação das novas formas econômicas da sociedade moderna.

Segundo Sacristán:

A educação contribuiu consideravelmente para fundamentar e para manter a idéia de progresso como processo de marcha ascendente na História; assim, ajudou a sustentar a esperança em alguns indivíduos, em uma sociedade, em um mundo e em um porvir melhores. A fé na educação nutre-se da crença de que esta possa melhorar a qualidade de vida, a racionalidade, o desenvolvimento da sensibilidade, a compreensão entre os seres humanos, o decréscimo da agressividade, o desenvolvimento econômico, ou o domínio da fatalidade e da natureza hostil pelo progresso das ciências e da tecnologia propagadas e incrementadas pela educação. Graças a ela, tornou-se possível acreditar na possibilidade de que o projeto ilustrado pudesse triunfar devido ao desenvolvimento da inteligência, ao exercício da racionalidade, à utilização do conhecimento científico e à geração de uma nova ordem social mais racional (SACRISTÁN, 2001, p. 21).

Dentro desta sociedade moderna, a política neoliberal prevê que “o progressivo desmantelamento do Estado como agência produtora de bens e serviços e como aparelho institucional orientado a garantir e promover os direitos da cidadania” (FRIGOTTO, 1999, p. 106).

A reforma do Estado é vista pelos governantes como uma solução para os problemas sociais, com a redefinição do papel das políticas, entre elas as políticas educacionais, altera-se a configuração da educação. A cidadania e preparação para o trabalho como objetivos inserem-se nas propostas de reforma cujo centro articulador será as democratizações da educação. Fazem parte da agenda de reforma a democratização do acesso, efetiva universalização da educação enquanto um direito reafirmando a gratuidade e a gestão democrática do ensino público de qualidade.

Resumindo, a reforma implantada no Estado brasileiro, levou a educação ao encontro das dinâmicas competitivas do mercado mundial. Assim entende Silva, A., fundamentada em Oliveira, na qual, dispõem da seguinte concepção de educação quanto às reformas ocorridas, deste modo entende-se que:

A educação é vista como fator importante para a constituição desta nova sociabilidade e para a qualificação dos recursos humanos requeridos pelo novo padrão de desenvolvimento, no qual a produtividade e a qualidade dos bens e produtos são decisivas para a competitividade internacional, como destaca Oliveira (2002). Assim, a Teoria do Capital Humano é resgatada e, mais uma vez, a educação é considerada como um pré-investimento (SILVA, 2005, p. 4).

Ao destacar as reformas educacionais, uma das mais importantes, foi à consolidação da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – Lei 9394/96. Essa trouxe ao campo educacional uma série de medidas implantadas pelo Estado, ocasionando mudanças na educação brasileira, contemplando todos os níveis educacionais.

As reformas educacionais surgem num momento de desencanto e ceticismo quando a sociedade deixou de acreditar na educação como a promessa de futuro melhor. Para Sacristán (1998), as reformas encerram a ideia de mudança, no sentido de que se deposita na escola a possibilidade de definir novos rumos para a educação na busca de melhoria de resultados. Não basta constatar a mudança ou a necessidade dela para justificar as tentativas de reforma recentes no ensino.

Cabe lembrar que medidas foram tomadas com respeito à formação de professores, que dispõem programas de incentivo e formação pedagógica continuada, objetivando uma melhor qualificação enquanto sujeitos ativos no processo de ensino aprendizagem, além de oferecer aos educadores já formados maiores possibilidades de qualificação profissional.

A Reforma Educacional possibilitou mudanças em favor das práticas educacionais. Mas cabe ressaltar que não se pode perder de vista que esta concepção de mudanças está fundamentada nos princípios de uma sociedade capitalista. De fato as reformas implantaram um novo projeto de sociedade, que segundo a opinião de Scheibe e Durli, é vista como a seguinte intencionalidade:

A política educacional é, assim, expressão de um projeto de sociedade que se pretende implantar, ou que está em curso em cada momento histórico ou em cada conjuntura. Tal projeto societário, por sua vez, é construído pelas forças sociais que tem poder de expressão e decisão, e fazem chegar ao Estado (e ao governo) seus interesses e necessidades, procurando influenciar na formulação e implementação das políticas ou planos de ação. Resulta, portanto, da correlação de forças sociais existentes em determinado contexto histórico (SCHEIBE; DURLI, 2004, p. 2)

Chama-se a atenção a relato acima que Scheibe e Durli enfatizam sobre as reformas. Essas devem se apresentar politicamente bem definidas e envolvem a estrutura administrativa e pedagógica da escola, a formação de professores, os conteúdos a serem ensinados, os fundamentos teóricos a serem seguidos e o modelo de gestão a ser aplicado. É nesse contexto, que os órgãos governamentais brasileiros evidenciam a necessidade de adequação do trabalho docente às novas exigências profissionais, advindas das inovações tecnológicas e da conseqüente mudança do mundo do trabalho apregoado pelos princípios de flexibilidade e eficiência.

2.3.1 Possibilidades na Formação Docente: Um Novo Paradigma

*Vocês que fazem parte dessa massa
Que passa nos projetos do futuro
É duro tanto ter que caminhar
E dar muito mais do que receber...
Zé Ramalho*

Ao analisar vários documentos, podemos constatar que a cerca de 20 anos, por iniciativa de movimentos de educadores, iniciava-se um debate nacional sobre a formação de pedagogos e professores, com base na crítica.

Com as reformas educacionais, a educação passa por mudanças que têm colocado um conjunto de novas práticas e contextos onde se realiza a ação pedagógica. Com isto está para os profissionais da educação a necessidade de efetivar mudanças na sua prática. Fato que impõe e intensifica rediscussões sobre a formação de professores.

Como todo profissional, o professor é formado com o principal objetivo de servir ao Estado, no propósito da Educação. E a partir da missão de formar cidadãos capazes para este Estado, dentro da esfera educacional, é desafiado a repensar seu papel histórico diante do meio social. Daí sua preocupação em formar alunos mais competentes para o desenvolvimento de habilidades cognitivas e condutas que facilitem o enfrentamento de situações dinâmicas e problemas práticos.

Então, eis o surgimento de uma nova concepção de relação professor e conhecimento. Segundo Freire, não há quem ensine que não aprende e não há quem aprenda que não ensina. Prova, tão logo, que através da “problematização” da

realidade, da significação, é possível desenvolver uma concepção libertadora na relação professor e aluno; conhecimento e aprendizagem.

O mundo atual exige uma formação mais global dos sujeitos sociais. Assim, nos questionamos procurando entender a formação de professores exigida pela reforma educacional e também de como o Estado como instituição maior, participa deste processo.

Aparentemente é fácil solucionar o problema, afinal o professor será formado por uma universidade e então teoricamente deveria prepará-lo para atuar neste novo paradigma, infelizmente não é assim que ocorre, a universidade em suas aulas baseadas em teorias procura dar esta nova direção, porém na prática nem sempre prioriza estas metodologias, muitas vezes continua exigindo exaustivos relatórios ou aplicação de planos de aula nos moldes das teorias tradicionais. É uma triste realidade, uma vez que a escola e os educadores tem a responsabilidade de educar a todos, sem distinções, o que fazer então enquanto educador diante desta realidade?

O fato de que não houve o devido preparo é a conclusão que chegamos. Salientar que o Estado em momento algum desta história teve a sensibilidade de proporcionar a formação necessária, e adequada para estes profissionais. Ao longo deste tempo, principalmente nas décadas mais recentes, uma busca, um incentivo pela qualificação docente, sem, no entanto torná-la uma política de Estado, não tão somente uma política de um governo tem sido um grande desafio, muitas vezes fora deixado de lado por interesse ou falta de vontade política.

Hoje, o maior interesse em ter uma formação e capacitação docente está a cargo do educador. Parte então dos educadores buscarem novos caminhos para encontrar alternativas ou possibilidades de mudanças já que seu papel é se atuar como agentes de transformação.

Partindo desta ideia, vemos o profissional ir de encontro com os princípios do Estado, já que em seus autoritários discursos, muitos em momentos oportunos, afirmam que as mudanças começam na base que ostenta uma sociedade, a escola. O que vemos é que ao longo dos anos muito se fala e promete em relação às políticas educacionais direcionadas ao educador, mas o que dizer se em todo esse período, nem mesmo temos um plano de valorização profissional adequado. O que temos é: se o Educador quiser uma formação que lhe auxilie em seu dia-a-dia, terá de buscar sozinho, sem a ajuda do órgão ao qual esteja subordinado.

Atualmente, há uma procura inquietante por uma formação que lhe dê a visão do todo que envolve a educação. Hoje sem qualquer dúvida, não podemos e não devemos ter uma visão romântica da educação, de nosso espaço na sociedade, em nossas escolas e salas de aula. A realidade é outra. E, é bem diferente de épocas passadas.

Diante de tantos percalços, é urgente a consolidação de uma nova concepção em relação à formação e valorização docente. No novo contexto, temos ao nosso dispor as influências dos órgãos internacionais, que buscam ditar normas para a solução de todos os problemas existentes. Dentro desta concepção, questiona-se o surgimento de novas propostas para a formação dos professores, estas baseadas em projetos políticos diferenciados, ou seja, não somente como projeto de um governo, mas de uma nova era.

Um dos órgãos internacionais que buscam soluções é a UNESCO, onde a mesma enfatiza o grande papel que o docente deverá cumprir para alcançar os objetivos da atual sociedade. Deste modo a UNESCO (2005) expõem a seguinte afirmativa “os professores são a chave para qualquer reforma educacional”, ou seja, passa a ser um construtor no processo de mudança.

Libâneo (2003) concretiza que os professores possuem enorme convicção e reconhecem o impacto das transformações que acontecem no campo econômico, político, social e cultural sobre a educação, nos processos de aprendizagem e do papel da escola, pois na tarefa de ensinar não existe como desconsiderar esses fatores, ao contrário, inclui os mesmos sendo ambos os elementos que interferem no trabalho da docência.

Eis que proclamam uma nova concepção de educação. De fato, há a necessidade de oportunizar o surgimento de novas metodologias para que ocorram profundas mudanças da própria escola, da educação e por que não dizer, da sociedade que temos. Campo salienta que:

As reformas educacionais iniciadas na década de 90, dentre essas a da formação dos professores, relembramos, requerem ser compreendidas como parte das ações implementadas no contexto da reestruturação do Estado brasileiro que, em consonância com os preceitos da chamada “agenda neoliberal” promoveu ajustes, estabeleceu novos marcos regulatórios, mudando substancialmente o campo da educação. Analistas de organismos multilaterais afirmavam, enfaticamente, a existência de um descompasso entre a educação oferecida pelos sistemas educacionais e as necessidades do mercado do trabalho, descompasso esse, que se expressaria sob a forma da crise que, anacronicamente, atinge os sistemas educacionais (CAMPOS, 2004, p. 2).

Pelo argumento de Campos, entende-se que os docentes ganham um espaço maior, já que são considerados como profissionais e que também para realizar um trabalho de forma competente, é necessário que se oportunize a eles uma formação adequada, para então durante o seu trabalho docente, realizar ações capazes de solucionar os problemas que hoje vivemos no atual sistema educacional.

Podemos considerar os educadores responsáveis pela crise, de curto modo sim. Tínhamos ou ainda temos que cumprir regras impostas por aqueles que acreditam ou por que não afirmar, por aqueles que nos responsabilizam pelas crises e co-responsáveis também para as ações de mudança. Ainda, em uma reflexão mais ampla, esta educação em crise não é só responsabilidade dos educadores, porque muitas vezes eles também devem realizar ações em acordo com ideias ou planos de governo. A educação está em crise, mas ela é provocada por diversos fatores.

Muitas vezes vê-se o educador como vítima do modelo de sociedade capitalista. Devemos oferecer aos nossos alunos uma educação baseada nas leis do trabalho, do ter, do possuir. Atribuir a culpa aos educadores é muito fácil. O Estado deveria oferecer possibilidades, opções de escolha, de autonomia no seu processo educativo. Educação autônoma com a finalidade de despertar o interesse, provocar mudanças, ou seja, revolucionar. Será que é isso que desejam?

O desejo pela mudança remete os educadores, apesar das inúmeras contradições a continuarem lutando, sonhando por uma sociedade igualitária. Nesses ideais Vasconcellos (2001, p. 51 - 52) insiste que o papel do professor é “educar através do ensino”. Seus escritos concluem que o papel do educador se consolida quando o professor pode apenas ensinar tabuada, mas só educa através do ensino quando construir o sentido da tabuada junto com seu aprendiz, por que como diz ele, ensinar vem do latim *insignare*, que significa “marcar com um sinal”, atuar na construção do significado do que fazemos. Tudo o que fazemos precisamos fazer com sentido, tudo o que estudamos tem que ter sentido.

Oliveira enfatiza a formação dos docentes dentro dos parâmetros sociais, argumentando que:

Os professores são muito visados pelos programas governamentais como agentes centrais da mudança nos momentos de reforma. São considerados os principais responsáveis pelo desempenho dos alunos, da escola e do sistema.

Diante desse quadro, os professores vêm-se, muitas vezes, constrangidos a tomarem para si a responsabilidade pelo êxito ou insucesso dos programas (OLIVEIRA, 2003, p. 32).

Ao assumir seu papel social, os professores preocupam-se em atender as necessidades da sociedade atual bem como o projeto de educação adotado pela mesma. Essas reformas apontam como principal aspecto a construção de um novo perfil, esse basear-se na era do conhecimento é um aspecto importante para sua adaptação dentro da sociedade.

O verdadeiro educador, além de intercessor, procura desenvolver na sua disciplina a consciência política, social, intelectual e coletiva, aspectos necessários para que ocorra a vivência harmônica dentro da sociedade. O comprometimento profissional e o zelo do educador para com os educandos engendram nesses o sentimento de confiança e credibilidade, atribuindo-lhe uma posição de liderança. Não há como um professor separar o ato de ensinar do ato formador. O conteúdo ensinado deve vir enlaçado aos fatos políticos que, por sua vez, poderão gerar alguma transformação no social. Cabe ao educador alargar esse elo, sendo de bastante valia tanto para o enriquecimento de suas aulas quanto para ele próprio. Segundo Freire esse pensamento contempla a seguinte idéia:

É por isso que transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador. Se se respeita a natureza do ser humano, o ensino dos conteúdos não pode dar-se alheio à formação moral do educando. Educar é substantivamente formar (FREIRE, 1996, p. 33).

O grande desafio da formação é que garanta a qualidade da educação e ao mesmo tempo supõe um profissional que busque o saber, seja pesquisador de sua própria prática. Como afirma Freire (1997, p. 43), na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. E ainda, enfatizando que a formação considera que o professor, “não leve a sério sua formação, que não estude, que não se esforce para estar à altura de sua tarefa não tem força moral para coordenar as atividades de uma classe, a incompetência profissional desqualifica a autoridade do professor” (1997, p. 74).

Uma formação problematizadora coloca o professor no centro de sua formação. Apóia-se na tomada de consciência através do diálogo e reconhece a pessoa como ser inacabado num contínuo desenvolvimento. Daí, como reafirma

Freire, a formação é “um fazer permanente que se refaz constantemente na ação. Para se ser, tem de se estar sendo” (FREIRE, 1972 apud ALARCÃO, 1996, p. 187).

Isso mostra que construtivamente atue como sujeito ativo do processo de construção de seu conhecimento. O professor neste momento deve ser um participante que precisa construir e reconstruir o seu próprio conhecimento.

Sendo assim, compete aos educadores se assumirem como sujeitos também na produção do saber, a partir da compreensão dos conteúdos fundamentais à reflexão crítica da sua prática. Ao adotar a condição de sujeito que também aprende ao ensinar. Convém novamente destacar a importância de se conceber a formação de professores como um processo contínuo. Desta forma, não se deve pretender que a formação inicial ofereça produtos acabados.

O perfil atual do professor é aquele que consegue assimilar o conceito de profissionalização, a ideia de competência e a flexibilidade dentro do processo de formação.

Assim na visão de Freire:

Ao advogar que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos e nem formar a ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo a um corpo indeciso e acomodado, mas criar as possibilidades para a produção e a construção do conhecimento numa relação entre sujeitos de um processo de formação permanente (FREIRE, 1997, p. 25).

As reformas educacionais, no contexto da formação dos profissionais de educação interferem no seu trabalho, uma vez que através de uma nova estrutura da concepção de trabalho, este deixa de ter a visão de que o trabalho docente é somente aquele realizado em sala de aula.

Hoje, é caracterizado como um trabalho mais amplo compreende a sua participação em projetos, discussões sobre currículo, avaliação, planejamento...

Outro aspecto mencionado é o alargamento da função docente, discutido por Campos (2002), quando afirma que:

A ampliação das atividades docentes que observamos no quadro brasileiro, não é fato isolado. Os relatos de experiências internacionais têm indicado que de fato, se vivem na atualidade, mudanças significativas, tanto no âmbito da escola como na formação dos professores. A afirmação da docência como profissão, como vimos anteriormente, divide autores e também professores, órgãos de representação, associações, sindicatos. Há, contudo, uma tendência crescente que aposta na profissionalização dos professores como um processo que adquire novos contornos e que

inscreve, por isso, novas possibilidades de valorização do magistério. Esse “alargamento” das funções pode ser interpretado como uma possibilidade de ampliação na autonomia docente, pois a assunção dessas novas responsabilidades implica de forma mais direta o professor “como pessoa e como profissional” (NÓVOA, 1992). Todavia, é preciso considerar que, se por um lado esse “alargamento” traz possibilidades de maior autonomia e de controle sobre as atividades docentes, por outro, produz também intensificação do trabalho contribuindo para degradação das condições em que atuam milhares de professores. Interroga-se se essas condições possibilitam a profissionalização anunciada (CAMPOS, 2002, p.188).

Campos (2002) evidencia que a sociedade evolui tão rapidamente que o educador não pode ficar alheio a essas mudanças. Porém, na perspectiva na qual nos identificamos o trabalho do educador é mais que transmitir, é estabelecer diálogo, é humanizar. É aquele que deve ocupar o lugar de destaque na escola junto aos alunos, pois é ele o sujeito da Educação, ou seja, um trabalhador, profissional que convive com indivíduos de diferentes gerações, de diferentes culturas. Alguém que se ocupa em ensinar-educando/humanizando. Pessoas que reinventam, que repetem, copiam, interagem e transgridem. Alguém que, além disso, tudo, educa, ensina, aprende e constrói junto. Alguém que se ocupa e se preocupa com as habilidades, os valores, os comportamentos e a cidadania.

Como sugere Arroyo (2000) podemos falar em mestre-escola, preceptores, professores, docentes, mestres de ofício. O nome muda a cada época, mas a ocupação persiste ao longo do tempo. Basicamente, é função do professor educar, humanizar, socializar, transmitir valores, crenças, culturas. Inserir os sujeitos no mundo de significações, de leitura e de escrita. É um ofício, é uma arte, é educação.

Arroyo(2000) destaca que ser educador é uma arte, arte que Alves menciona como alegria e felicidade, essas são também funções atribuídas aos educadores. Identifica seus anseios na seguinte fala:

Vai aqui este pedido aos professores, pedido de alguém que sofre ao ver o rosto aflito das crianças: lembrem-se de que vocês são pastores da alegria, e que a sua responsabilidade primeira é definida por um rosto que lhes faz um pedido: Por favor: me ajude a ser feliz...(ALVES, 1994, p. 20).

Portanto, ser um profissional da educação, ou seja, ser professor traduz-se na capacidade de ver a prática como espaço e momento de reflexão crítica, problematizando a realidade pedagógica, bem como analisando, refletindo e reelaborando, criativamente, os caminhos de sua ação de modo a resolver os conflitos, construindo e reconstruindo seu papel no exercício profissional. O

educador reflexivo é, então, o que busca o equilíbrio entre a ação e o pensamento, e uma nova prática implica sempre uma reflexão sobre a sua experiência, as suas crenças, imagens e valores.

3 METODOLOGIA

O presente estudo é resultado de uma pesquisa bibliográfica. Com a pesquisa bibliográfica, o pesquisador possui maior flexibilidade, pois é desenvolvida de acordo com materiais já elaborados, constituindo-se desde os livros a artigos científicos. Pode-se dizer que a pesquisa bibliográfica fica evidente, Gil aponta que:

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente (GIL, 2008, p.45).

Esta atividade bibliográfica viabiliza uma análise crítica dos dados e lança um olhar teórico sobre aquilo que está sendo dito e realizado como políticas públicas para a educação, em especial, o papel da escola e a formação do professor, tomando como suporte as seguintes categorias de análise: políticas educacionais, prática pedagógica, formação de professores.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou compreender as relações que se estabelecem entre as mudanças econômicas e sociais com as políticas educacionais brasileiras. Como as evidências indicam, os efeitos dessa realidade recaem na importância do conhecimento e, conseqüentemente, da escola. Trata-se, portanto, do aumento das demandas de profissionais mais qualificados que possam responder às exigências sempre crescentes das mudanças tecnológicas e do processo produtivo.

É preciso nesses parâmetros buscar novos métodos e caminhos no âmbito educacional, capazes de sensibilizar pela ampliação da consciência o papel político-histórico da educação bem como o do educador. Nesse processo de um pensar reflexivo da educação, muitas inquietações se fazem presentes a respeito de como se faz emergir as mudanças necessárias para a construção de uma escola, que assuma essa nova concepção de formação voltada aos ideais de autonomia, democracia e cidadania.

A valorização da escola como instrumento de apropriação do saber é o melhor serviço que se presta aos interesses populares, já que a própria escola pode contribuir para eliminar a seletividade social e torná-la democrática. Se a escola é parte integrante do todo social, agir dentro dela é também agir no rumo da transformação da sociedade.

Essa transformação não é fácil, pois não se trata de um método pelo método, uma forma, uma receita; é algo mais complexo, o que implica uma metamorfose na formação dos profissionais da educação.

Por isso, a necessidade de se repensar políticas educacionais, principalmente no que se refere à formação de professores/as com base no desenvolvimento da pesquisa que a subsidiam, tornando-se um grande desafio conseguirem criar comprometimento político das instituições existentes com um projeto de sociedade menos exclusiva e justa.

O desafio que se impõe ao Estado é repensar a formação e a qualificação desses professores, através de investimentos para uma formação inicial mais sólida,

comprometida com a inserção social de seus educandos, ao invés de investir em políticas de formação descontextualizadas da realidade, que só contribuem para a desvalorização do professor.

É evidente que há a necessidade de repensar a valorização do professor no que diz respeito a salários, condições de trabalho e de formação, visto que a desvalorização do profissional reflete-se na ineficiência da escola.

Assim, as contradições que aparecem neste trabalho de repensar sobre as funções dos docentes, mostram que existem ainda muitas questões em aberto que podem ser analisadas e discutidas. Neste sentido, se não temos hoje condições de fazer uma análise conclusiva dessas questões, pelo menos se assinala que elas são fundamentais no processo de formação de professores, a ser melhor avaliada posteriormente, principalmente no que diz respeito à Educação.

Como todo profissional, o professor é formado com o principal objetivo de servir ao Estado, no propósito da Educação. E a partir da missão de formar cidadãos capazes para este Estado, a esfera educacional, é desafiada a repensar seu papel histórico diante do meio social. Gadotti (2003) em seu livro *Boniteza de um sonho* diz: ensinar e aprender enfatiza a mensagem do educador Ladislau Dowbor (2001) ao enfatizar a sua preocupação com a formação docente.

Deixa claro ao abrir um pequeno e denso livro com uma mensagem deixada por um prisioneiro de campo de concentração nazista na qual, depois de viver todos os horrores da Guerra, ressaltava os seguintes acontecimentos: crianças envenenadas por médicos diplomados; recém-nascidos mortos por enfermeiras treinadas; mulheres e bebês fuzilados e queimados por graduados de colégios e universidades – pede que os professores “ajudem seus alunos a tornarem-se humanos”, simplesmente humanos. E termina: “ler, escrever e aritmética só são importantes para fazer nossas crianças mais humanas” (GADOTTI, 2003, p.19 apud DOWBOR, 2001).

Fica evidente que a preocupação ao mencionar a tarefa agregada a Educação nos dias atuais. Através da escola e dos profissionais da educação, através de suas práticas, oferecem e propiciam aos educandos uma formação mais competente para o desenvolvimento de habilidades cognitivas e condutas que facilitem o enfrentamento de situações dinâmicas e problemas práticos.

Enfim, conclui-se com este trabalho, que se faz necessário um modelo de educação universal, que atribua a devida importância de uma formação de professores e alunos pautada nos aspectos científicos, sociais e culturais.

REFERÊNCIAS

ALARCAO, I. **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

ALVES, R. **A alegria de Ensinar**. 6. Ed. São Paulo: ARS. Poética, 1994.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Apresentação dos Temas Transversais: Ética. Volume 8. Brasília, 1997.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares Nacionais**. Introdução. Volume 1, Brasília, 1997.

BRASIL, Escola. **Educação no Brasil – evolução histórica**. Disponível <<http://www.brasilecola.com/educacao/educacao-no-brasil.htm>> Acesso em 12 de abril de 2009.

BRASLAVSKY, C. **Dez fatores para uma educação de qualidade para todos no século XXI**. Madri: Fundación Santillana. São Paulo: Editora Moderna, 2005.

CAMPOS, R. F. **A reforma da formação inicial dos professores da educação básica nos anos de 1990 – desvelando as tessituras da proposta governamental**. Tese (Doutorado em Educação) 232 p. Centro de Ciências da Educação. Universidade Federal de Santa Catarina. (mimeo) Florianópolis, 2002.

_____. **Fazer mais com menos – Gestão educacional na perspectiva da CEPAL e da UNESCO**. Painel da 28ª Reunião Anual da ANPED. Caxambu, 2005. Disponível <<http://www.anped.org.br/28/inicio.htm>> Acesso: 2 de junho de 2009.

CASTRO, A. H. **O professor e o mundo contemporâneo**. Jornal O Diário Barretos, opinião aberta, 08 jul 2004.

CEPAL/UNESCO. **Invertir mejor, para invertir mas: financiamiento y gestión de la educación em América Latina y Caribe**. Santiago, Chile, 2005.

Delors, J. e outros. **Educação: um tesouro a descobrir (Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI)**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

Dowbor, L. **Tecnologias do conhecimento: os desafios da educação**. Petrópolis: Vozes, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **A Importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 1987. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

GADOTTI, M. **História das idéias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 1995.

_____. **Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito**. São Paulo: Cortez, 1983.

_____. **Pedagogia da práxis**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender**. Fevalee. Novo Hamburgo: Cortez, 2003.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. São Paulo: Moraes, 1986.

GENTILI, P. **A macdonalização da escola: a propósito de “consumir o outro”**. IN: COSTA, Marisa V. (org). **Escola baseada na vida do século: cultura, política e currículo**. São Paulo: Cortez, 1996.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HAMZE, A. **Indicadores da Qualidade na Educação. Brasil Escola-Pedagogia.FEB/CETEC/ISEB.2008.**

Disponível em: <<http://pedagogia.brasilecola.com/gestao-educacional/indicadores-da-qualidade-naeducacao.htm>>. Acesso em: 13 março.2009.

LIBÂNEO, J. C. **Adeus Professor, adeus professora: novas exigências educacionais e profissionais docentes.** São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos.** São Paulo: Edições Loyola, 1985.

MALANCHEM, J.; VIEIRA, S. R. **A Política Brasileira de Formação de Professores: Repercussões sobre o Trabalho Docente.** SEMINÁRIO da REDESTRADO: Regulação Educacional e Trabalho Docente. UERJ, 6-7 de novembro, 2006. Disponível em: <<http://www.propesq.ufpe.br/anais/anais.htm>>. Acesso em: 21 março. 2007.

OLIVEIRA, D. A. **As reformas educacionais e suas repercussões sobre o trabalho docente.** In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). Reformas educacionais na América Latina e os trabalhos docentes. Belo Horizonte: Autentica, 2003.

SACRISTÁN, J. G. **A Educação que temos a educação que queremos.** In: INBERMÓN, Francisco. **A educação no século xxi: os desafios do futuro imediato.** Porto Alegre: Artmed, 2001.

_____. **Poderes instáveis em educação.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

_____. **O currículo: uma reflexão sobre a prática.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

_____. GOMES, A. I. P. **Compreender e transformar o ensino.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SANTOS, B. S. **A construção multicultural da igualdade e da diferença.** Palestra proferida na VII Congresso Brasileiro de Sociologia, UFRJ, Rio de Janeiro, 4-6 de setembro de 1995. Disponível na revista Espaço Escola/UNIJUI-vol-, nº 1(jul-set, 1995).

SAVIANI, D. **A nova Lei da Educação.** São Paulo: Autores Associados, 1997.

_____. **Escola e democracia.** São Paulo: Cortez, 1983.

SCHEIBE, L. **O projeto de profissionalização docente no contexto da reforma educacional iniciada nos anos 1990**. Educar, Curitiba: Editora UFPR, n.24, p.177-193, 2004.

SILVA, A. R. A Formação de professores para a educação básica no Brasil: Projeto em disputa (1987- 2001). Pínel da 28ª Reunião Anual da ANPED, Caxambu, 2005. Disponível em: <<http://www.anped.org.br?28?inicio.htm>> Acesso em: 07de maio 2009.

UNESCO. **A Educação como um bem Público e Estratégico**. Encontro Regional UNESCO – UNICEF. Cartagena, Del 31 de agosto al 21 de setembro de 2005. Mimeo. In. Disponível em: <<http://www.propesq.ufpe.br/anais/anais.htm>>. Acesso em: 21 março. 2009.

VASCONCELLOS, C. **Para onde vai o professor? Resgate do professor como sujeito de transformação**. São Paulo: Libertad, 2001.